

# MINHA PÁTRIA É A LÍNGUA PORTUGUESA

*Arnaldo Saraiva*

Professor Titular da Universidade do Porto  
asaraiva@netcabo.pt

**RESUMO:** A frase do pessoano *Livro do Desassossego* “minha Pátria é a língua portuguesa” tem gerado muitos comentários, glosas, citações, que nem sempre primam pela pertinência ou pela correção. Analisando os seus termos e o seu contexto, mas tendo também em conta o pensamento (até linguístico) de Pessoa, podemos não só entendê-la com rigor, mesmo na sua ambiguidade, mas também perceber as razões que determinam o seu sucesso ou a sua fecundidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua – pátria – Pessoa – Portugal

**ABSTRACT:** The sentence of Pessoa *The Book of Disquiet* "my country is the Portuguese language" has generated many comments, glosses, quotations, not always conspicuous by relevance or by the correction. Analyzing the terms and context, but also taking into account the thought (even language) in person, we not only understand it accurately, even in their ambiguity, but also understand the reasons that determine your success or your fertility.

**KEYWORDS:** Language - homeland - Fernando Pessoa - Portugal

“Habent sua fata libelli” – diziam os antigos, a partir de Terenciano Mauro (não de Horácio, como alguns supõem).”Os livros têm o seu destino”. E que destino têm alguns livros! Se há os que não saem das bibliotecas paroquiais, os que estão sempre fechados, os que desaparecem definitivamente por ação da guilhotina e do fogo, ação que em nossos dias até pode valer como obra de caridade ou de misericórdia, outros vivem por séculos e milênios, e, reeditados e traduzidos, mobilizam sempre novos estudiosos e novos leitores de todo o planeta, e têm biografias bem mais interessantes do que as destes ou do que as dos seus autores.

Embora editorialmente nascido apenas em 1982 - 47 anos depois da morte do seu autor, que morreu, curiosamente, aos 47 anos -, o livro que não por acaso Fernando Pessoa pensou e nomeou como *Livro do Desassossego*, e de que fez autores o semi-heterónimo Bernardo Soares e o heterónimo Vicente Guedes, ambos ajudantes de guarda-livros (note-se: guarda-livros), já hoje se perfila como um dos casos mais complexos e interessantes da história da produção e da edição literária. Escrito entre 1912 e 1935, entre o ano da primeira grande revelação pública do escritor e o ano da sua morte, é um conjunto desconjuntado de fragmentos que Pessoa não chegou a ordenar e que, diz um deles, não pode valer senão como fragmentário, é uma obra mais aberta do que as estudadas (em 1962) por Umberto Eco, é um livro em parte virtual que só no seu leitor se poderá realizar, é, afinal, um não-livro que se quer livro, e que, não podendo ser o “livro total” sonhado por Mallarmé, se impõe como um livro tão fundamental como uma bíblia, já que é na realidade uma anti-bíblia, pois não há nenhum deus no seu horizonte, e ao sujeito, que é “centro de tudo com o nada à roda”, “nem apetece a vida nem outra coisa”, tendo de se confrontar permanentemente com um quotidiano banal, monótono, absurdo, entediante e com a mecânica dos fenómenos naturais, ou com “o cadáver rodante do espaço físico, o fim de todos os mundos flutuando negro ao vento, disforme, anacrónico, sem Deus que o houvesse criado, sem ele mesmo que está rodando nas trevas das trevas”.

Já com várias edições (da responsabilidade de Jacinto do Prado Coelho, de Teresa Sobral Cunha, de António Quadros, de Richard Zenith...) diferenciadas pela leitura de algumas passagens, pela quantidade dos fragmentos (oscilando entre cerca de 300 ou cerca de 500) e pela sua ordenação, o *Livro do Desassossego* tem suscitado muita polémica e muitos estudos, e, traduzido em várias línguas, em que nem sempre foi fácil encontrar equivalências para “desassossego” (“desasosiego”, “inquiétude”, “intranquillité”, “disquietude”, “disquiet”, “unruhe”...) tornou-se um best-seller em vários países, e tem encontrado por toda a parte ilustres leitores ou ensaístas rendidos à sua qualidade – desde Eduardo Lourenço, que o

considera o livro” mais negro de toda a nossa literatura”, embora possa falar também do seu “esplendor”, até aos americanos Susan Sontag e Mark Strand (“I felt that it could have been written about me”), ao italiano Antonio Tabucchi e à francesa Aliete Armel (“un livre indispensable, que nul être pensant peut désormais ignorer”).

Como da obra poética de Pessoa, do *Livro do Desassossego* têm saído frases emblemáticas, já hoje tão repetidas como os mais velhos provérbios. Mas nenhuma delas parece ter maior sucesso em Portugal, e não só, do que a frase, às vezes erradamente citada com um artigo inicial, “Minha pátria é a língua portuguesa”. Miguel Gaspar já escreveu que “de tanto ser repetida” essa frase “está a ficar tão gasta que qualquer dia temos que a dizer em castelhano”.

Mas a frase, bem mais complexa do que parece, tem gerado muitos equívocos por parte dos que a tomam à letra, ou dos que desconhecem o seu contexto, ou dos que com ela se consolam sonhando com a promessa de um império pós-colonial. Terrível engano.

Tinha razão Alfredo Margarido quando disse que a frase “Minha pátria é a língua portuguesa” permitiu “uma exacerbação falsamente patriótica e linguística”.

Começemos por assinalar que se trata de uma frase muito breve, que, isolada do seu contexto, pode funcionar como um aforismo ou um provérbio, que imita até na dispensa ou no assíndeto do artigo inicial: apenas 6 formas –curiosamente, de várias categorias gramaticais: dois substantivos, um verbo, um adjetivo, um pronome, um artigo, e formas breves: monossílabos e dissílabos, com exceção da última, um tetrassílabo. Se fosse tomada como um verso, que podia ser, ele seria em princípio um decassílabo, solene ou grave como são com frequência os decassílabos, mas algo contraditoriamente volúvel ou flutuante, já que pode ser lido, dito ou escutado como um eneassílabo – contagem um pouco forçada de Vera Vouga –, ou como um endecassílabo e até como um alexandrino; muito claro nos acentos tónicos, explícitos – *Pátria, é, língua* –, a sua clareza e solidez prosódica parece atenuada ou relativizada por uma invulgar sequência de 4 vogais – ia é a –, que, dir-se-ia, simbo-

licamente relativizam ou enfraquecem a afirmação categórica do enunciado.

Este enunciado mais do que compara, identifica dois mundos que por serem de diferente natureza não parecem identificáveis: o da pátria e o da língua. Notemos no entanto que o primeiro termo tem a relevância da prioridade; e que talvez não fosse irrelevante a inversão: "A língua portuguesa é minha pátria". Neste caso talvez fosse de admitir a possibilidade da existência de outra ou outras pátrias além da da língua portuguesa; mas nem por isso deixaria de parecer um pouco estranho o uso do pronome singular. Porque seria bem mais canónica ou clara a frase "Nossa pátria é a língua portuguesa", ou "Nossa pátria é a nossa língua portuguesa", "Nossa pátria portuguesa é a nossa língua portuguesa".

Invertida ou não, a frase ou a formulação evidencia uma dissimetria ou um desequilíbrio: a pátria e a língua identificam-se, mas não têm o mesmo qualificativo – "minha" aplica-se a "pátria", mas não a "língua"; e "portuguesa" aplica-se a "língua" mas não a "pátria" – e o qualificativo é num caso um possessivo anteposto e no outro um adjetivo nacionalista posposto. O uso comum ou o comum entendimento da frase – patrioticamente linguística, ou linguisticamente patriótica – tende a supor nela o equilíbrio ou a simetria que Pessoa lhe negou, simplificando-a pela anulação da ambiguidade. Veja-se a diferença de enunciados como os já referidos – "Nossa pátria é a nossa língua portuguesa"... – ou como estes: "Minha pátria é a minha língua portuguesa"; "Minha pátria portuguesa é a minha língua portuguesa"; "Minha pátria é a minha língua".

Mas a identificação da pátria e da língua também levanta problemas – desde logo porque um dos termos, se não os dois, é usado metaforicamente. O brasileiro Gilberto de Mello Kujawski pretendeu resolver esses problemas de modo expedito: "deve entender-se o dito de Bernardo Soares em sentido direto e literal (não oblíquo e figurado, como dizendo rigorosamente o que está escrito".

Gilberto de Mello Kujawski parece autorizar o entendimento comum da frase, que dispensa a referência ao texto de onde foi

retirada, e que se vale de um conceito simples, simplificado ou simplista de "pátria" e de "língua".

Como entender em "sentido directo e literal" o que é expresso de modo talvez não "oblíquo" mas sem dúvida "figurado"? E como dizer "rigorosamente o que está escrito" se não se diz só exactamente o que está escrito, ou se o escrito podendo ser rigoroso de um ponto de vista poético não é rigoroso de um ponto de vista lógico ou científico? Uma pátria não se con-funde com uma língua, ou vice-versa, uma língua é um código de comunicação verbal, acessível a patriotas e a não-patriotas, uma pátria lembra o espaço original ou originário e familiar do pai (ou da mãe, "mátria") e implica vários códigos, e até vários códigos verbais, não só necessariamente uma língua "materna", como implica uma relação forte se não com a ideia de estado ao menos com a de nação.

Claro que uma frase pode emancipar-se, autonomizar-se, transformar-se em microtexto, como aconteceu com muitos provérbios e aforismos. Mas a transformação em forma ou fórmula simples não significa a anulação da sua ambiguidade e enigmatismo pois, como há muito provou André Jolles, as formas simples podem ter um alto teor de complexidade.

O entendimento rigoroso da frase depende do rigor com que se defina a "pátria" e a "língua", percorrendo ou considerando todas as suas acepções, mesmo as poéticas; e tal definição nunca foi fácil nem mesmo para os políticos ou para os linguistas. E é evidente que esse entendimento terá de se valer do estudo do conceito pessoal de "pátria" e de "língua", a começar pelo que venha explícito ou implícito no fragmento de onde foi retirada a frase.

Esse fragmento tem 5 parágrafos. No 1º, o enunciador confessa o seu "gosto de dizer", ou "melhor: de palavar", acrescentando que as palavras são para ele "corpos" que despertam os seus sentidos do tato ("corpos tocáveis") e da vista e do ouvido ("sereias visíveis"), ou despertam as suas "sensualidades incorporadas", e que a leitura de algumas páginas - dos portugueses P. Antonio Vieira e Fialho de Almeida - mas também, pasme-se, do francês Chateaubriand o leva a sentir toda a sua "vida nas veias", a tremer e a delirar "de um prazer

inatingível" que está tendo - um orgasmo que não lhe provoca a "sensualidade real", pela qual não tem nenhum interesse.

No 2º parágrafo o locutor e o leitor cedem o lugar ao escritor, que confessa um outro gosto mas de idêntico gozo: gosta de se "perder de si", no "gozo da entrega" inteira- e sofrida! - às palavras, às correntes e "cortejos sonoros" das palavras (mesmo que em "frases sem sentido"), deixando que elas lhe "façam festas", vendo-se como menino ao colo delas.

No 3º parágrafo volta a perfilar-se como leitor, lembrando que chorou "lágrimas felizes" e tremeu "confuso" ao ler páginas de prosa como as do P. António Vieira e que, embora chorando ainda com a só lembrança, sente a mágoa de já não poder ler pela primeira vez "aquela grande certeza sinfônica".

No 4º parágrafo, onde figura a nossa frase, há confissões de outro tipo: dizendo-se desprovido de "sentimento político ou social", tem no entanto "num sentido, um alto sentimento patriótico", que lhe vem só da ou pela língua portuguesa, esclarecendo logo que não se incomodaria com uma invasão ou tomada de Portugal contanto que não fosse pessoalmente incomodado. E ele que começara por manifestar o seu amor pelas palavras, manifesta agora o seu ódio, o único ódio que pode sentir, não por pessoas que escrevam mal o português mas pela "página mal escrita", pela "sintaxe errada", pela "ortografia sem ípsilon".

No 5º parágrafo limita-se a defender que "a ortografia também é gente", que a palavra "é completa vista e ouvida", e que a "transliteração greco-romana" a transforma em "senhora e rainha".

A análise deste fragmento confessional de um locutor, de um leitor e de um escritor - não bem de um cidadão - que se confronta com o sentido, com o sem sentido e com "um" sentido, que vê nas palavras (artisticamente grafadas e faladas, escritas e orais, significantes e significados, mesmo que sem sentido) a possibilidade de um gozo que não lhe vinha de outro lado, ou de outra actividade (lembre-se a tristeza do escriba ou escriturário guarda-livros), torna evidente que a frase não identifica necessariamente a "língua portuguesa" com a pátria portuguesa, nem com outras pátrias que não

sejam espaços e tempos de prazer estritamente individual e subjectivo; e percebe-se que a referência à língua "portuguesa" se justificará certamente por ser a língua materna (e paterna) de Bernardo Soares ou de Pessoa, não por qualquer sua especificidade, que não é apontada, salvo a da transliteração, por sinal comum a várias línguas; a qualificação de "rainha e soberana" pode ter que ver com a sua entrega a ela, que, convertida em sua amante, o promove à condição de rei e soberano. É sabido que Pessoa falava e escrevia desde a infância fluente e correctamente em inglês, que sabia e escreveu em francês, que estudou latim, alemão e grego antigo, que traduziu do castelhano - e que em certo momento tomou a decisão de ser escritor (sobretudo) português. Se isto pode ainda justificar a referência à língua portuguesa, também pode justificar que a ênfase do fragmento vá toda para as palavras, incluindo as de um autor francês, ou para o erotismo que por elas lhe vem.

Não poderei aqui e agora analisar outras teorias pessoais de pátria e de língua; basta dizer que Pessoa chegou a conceber Portugal como uma pátria ou um futuro país imperial ou atlântico, mas especificando: "Portugal, neste caso, quer dizer o Brasil também. Como o império, neste esquema, é espiritual, não há mister que seja imposto ou construído por uma só nação: pode sê-lo por mais que uma, desde que espiritualmente sejam a mesma, que o são se falarem a mesma língua". Pessoa via portanto na língua portuguesa um instrumento ou uma fonte de espiritualidade, que só podia ser subjectiva.

A frase do *Livro do Desassossego* já originou inúmeras citações ou adaptações, até de não-portugueses como o espanhol Javier Marías, o catalão Jorge Semprun, o suíço Michel Moret; e tem sido estudada, comentada, ampliada, contrariada por ensaístas (com destaque para Eduardo Lourenço e, há pouco, Osvaldo Silvestre), poetas ou prosadores. Entre eles, posso referir, a título de exemplo, Jose Saramago, que disse que a língua portuguesa é uma língua de várias pátrias; ou Eduardo Lourenço, que disse o mesmo e acrescentou: "uma língua não o é de ninguém, mas nós não somos ninguém sem uma língua que fazemos nossa"; ou Jorge de Sena, que

disse:"a Pátria de que escrevo é a língua em que por acaso de gerações nasci"; ou Maria Gabriela Llansol, que disse:"o meu país não é a minha língua, mas levá-la-ei para aquele que encontrar"; ou Eduardo Prado Coelho, que disse:"A nossa pátria só será a língua portuguesa se for mais do que a língua"; ou o moçambicano Mia Couto, que disse:"a minha pátria é a minha língua portuguesa"; ou o brasileiro Ledo Ivo, que disse: "Minha pátria não é a língua portuguesa.Nenhuma língua é a pátria.Minha pátria é a terra mole e peganhenta onde nasci"; ou o brasileiro Caetano Veloso, que disse:"A língua é a minha pátria / E eu nao tenho pátria, tenho mátria / E quero frátria".

Todas estas citações dão conta da extraordinária importância da frase inquietante – desassossegante – do *Livro do Desassossego*. Dela se podia dizer algo parecido com o que o próprio Pessoa disse da epopeia de Camoes: uma frase clara que é uma carta escura - uma carta cifrada cuja decifração é um desafio para quem a emitiu, para quem a transmitiu e para quem a recebeu. Ou - acrescento eu - para quem tentou analisá-la.